



O TRABALHO E O FUTURO

Pedro Vaz Patto

A celebração recorrente do Dia do Trabalhador serve sempre de ocasião de reflexão sobre a dignidade do trabalho e da pessoa que trabalha. Como salientou São João Paulo II na sua encíclica sobre esta temática, a *Laborem exercens*, é a pessoa que trabalha que dá dignidade ao trabalho, a qualquer trabalho, manual ou intelectual, mais ou menos qualificado, não a sua utilidade ou o seu valor objetivo segundo os critérios do mercado. E afirmou, também nessa encíclica, São João Paulo II, que o trabalho distingue o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, das outras criaturas; o trabalho é uma marca de humanidade, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas. O Papa Francisco, por seu turno, não se cansa de alertar para o drama do desemprego, em especial o do desemprego jovem.

Esta visão do trabalho enfrenta agora o desafio da chamada "quarta revolução industrial", com radicais transformações tecnológicas decorrentes, designadamente, da robótica e da inteligência artificial, transformações que tornarão dispensáveis muitos dos trabalhos que hoje conhecemos. Há quem vaticine, de forma catastrófica, que dentro de poucos anos só dois

terços, ou até metade, da população terá emprego.

Também há quem, pelo contrário, de forma otimista, recorde que anteriores transformações tecnológicas se traduziram, a longo prazo, sempre em maior riqueza e novos empregos, em maior número e mais gratificantes (precisamente porque menos "maquiniais", não suscetíveis de ser substituídos por máquinas). O problema reside, porém, na transição, no tempo que falta até atingir esse "longo prazo": os novos trabalhos não são os mais adequados para as pessoas, em geral mais velhas, que perdem os que se tornam caducos, e a reconversão profissional não é fácil e nem sempre é possível.

Neste contexto, vai ganhando popularidade a ideia de um rendimento universal e incondicional, que o Estado garantiria a todos os cidadãos, e não apenas a quem não pode trabalhar, ou a quem transitoriamente não encontra trabalho. Viver desse rendimento seria uma opção acessível a qualquer pessoa e tão legítima como a de quem quer trabalhar. A proposta vem sendo discutida em várias instâncias e já foi submetida a referendo (e rejeitada) na Suíça. É uma proposta que pode ser analisada de diferentes perspetivas. Mas o seu maior inconveniente

será o de esquecer a dignidade que à pessoa é conferida pelo trabalho, por qualquer trabalho (dignidade que certamente não falta a quem não trabalha por estar incapacitado para tal, mas que pode faltar em quem, mais novo ou mais velho, tem essa capacidade). O trabalho que é um direito, mas também um dever (já o dizia São Paulo). O trabalho que é um meio de realização da pessoa como tal, de desenvolvimento das suas faculdades, de serviço à família e à comunidade.

O Papa Francisco abordou esta questão num encontro com o mundo do trabalho, em Génova, em 27 de maio do ano passado. E disse que deve haver «trabalho para todos» (os que têm capacidade para trabalhar), não uma «pensão de reforma para todos». Porque «não basta sobreviver, é preciso viver». E porque – disse-o já várias vezes – o trabalho dá a dignidade de «trazer o pão para casa».

Garantir que todos possam «trazer o pão para casa» na era da «quarta revolução industrial» é um desafio que só pode ser superado através de um complemento de solidariedade, que pode passar pelo apoio à reconversão profissional, pela partilha do trabalho e por mil e um projetos que da criatividade humana podem surgir. ●